

O agronegócio é o seguinte

O modelo da sustentabilidade no agronegócio

INDEPENDENTEMENTE DA crise e da abundância dos ciclos econômicos, o conceito da sustentabilidade ganhou espaço crescente junto à opinião pública em tempo recente. Com uma população mundial em crescimento e mais consumidora de bens, os debates sobre a capacidade de os recursos naturais continuarem a atender a toda gama de demanda sensibilizam cada vez mais. O impacto da emissão dos gases de efeito estufa (GEE's) na poluição do ar e o aquecimento global com aumento da temperatura colocam em xeque os processos produtivos da economia de alto carbono.

No fim deste ano, haverá outra Conferência das Partes (COP), na sua 16ª versão, em Cancún, no México, organizada pela Convenção Quadro de Mudança Climática da Organização das Nações Unidas. Apesar do resultado frustrante do último encontro, certamente o mundo verá uma grande pressão para o avanço do Protocolo de Kyoto, firmado em 1997, que vence em 2012. Com certeza, haverá cobranças para que os países antecipem o anúncio de suas metas para redução de GEE's.

No Brasil, apontados como a maior fonte emissora de GEE's, a agricultura e o agronegócio precisam urgentemente reverter essa situação, sob pena de carregar uma pecha negativa que será difícil de apagar no futuro. Cabe uma atitude, perseverante e ativa, para eliminar em escala crescente o desmatamento e as queimadas. **Agroanalysis**, a propósito, em comemoração ao mês do ambiente, que é celebrado agora em junho, apresenta um caderno especial em que trás um conjunto de artigos sobre sustentabilidade.

Existem muitas oportunidades para o Brasil aproveitar no negócio socioambiental, desde que se concentre e se posicione com base em estratégias fundamentadas em novos paradigmas. Existem pontos a serem levantados. Para preservar seus biomas e a agricultura expandir o sistema de plantio direto e da integração lavoura, pecuária e floresta, quais são as compensações a serem recebidas em termos de serviços ambientais? Na questão da reserva legal e das áreas de preservação ambiental, como estabelecer um marco legal lastreado na ciência e pesquisa para separar as áreas consolidadas e não consolidadas, de modo a não discriminar milhares de agricultores?

O cálculo das emissões de GEE's, o qual é feito em equivalente CO₂, é outro tema delicado a exigir acompanhamento científico rigoroso. Há controvérsia quanto a conversão de alguns gases em CO₂, o que em impacto direto e brutal sobre a pecuária brasileira. Outra consideração a ser tomada é de que o balanço energético de CO₂ deve levar em conta as emissões, mas também os sequestros das pastagens, lavouras, florestas, matas etc.

É bom lembrar alguns exemplos notáveis de sustentabilidade que ocorrem no agrogócio brasileiro. É o caso do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV), fundado em dezembro de 2001, que surgiu de uma iniciativa da indústria de defensivos agrícolas como forma de atender às responsabilidades sociais e ambientais no que se refere à destinação final das embalagens dos produtos fitossanitários comercializados. Referência internacional, o InpEV recolhe 94% das embalagens comercializadas no território nacional. Há ainda para ser citado: o protocolo ambiental de redução das queimadas nos canaviais paulistas, a moratória da soja, para não aquisição da matéria-prima de áreas desmatadas no bioma amazônico, e muitas outras iniciativas em curso.

Um instrumento poderoso para o agronegócio nacional é a Global Reporting Initiative (GRI), que consiste na criação de diretrizes e indicadores para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, por meio de uma rede de diálogo *multi-stakeholder*, composta de especialistas de todo o mundo. Atualmente, a GRI é ponto de diálogo com as principais referências internacionais em sustentabilidade, como a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, o Pacto-Global da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre outras.

Para encerrar, a leitura das informações e análises apresentadas durante o evento Perspectivas da Safra 2010/11 promovido pela BM&FBovespa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Um dos pontos que chamaram a atenção foi o anúncio do Ministro Wagner Rossi de que o Plano Safra 2010/11 priorizará o uso de práticas sustentáveis na agricultura, com o objetivo de financiar a recuperação de áreas degradadas, o plantio direto na palha, integração entre lavoura, pecuária e floresta, e a incorporação biológica do nitrogênio. ■